

AASPTJ-SP CONTINUA FIRME NA LUTA CONTRA O DEPOIMENTO SEM DANO

Foi com satisfação que vimos a manifestação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto ao pedido de providências que a AASPTJ-SP protocolou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando a suspensão do protocolo do TJ-SP, que instituiu o "Atendimento não revitimizante de crianças e adolescentes vítimas de violência". O Conselho mostrou coerência e firmeza em seu posicionamento contrário ao DSD.

No dia 16 de maio, a presidente da Associação, Elisabete Borgianni, convidada pelo Cress-MG, participou de audiência pública sobre esta metodologia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Para ela, a Justiça deixou-se levar pelo "populismo punitivo" e "medidas cosméticas" que nada trazem de efetiva proteção à criança e aproveitou para lamentar a ausência de representantes do TJ-MG na audiência pública. "Esta questão quando envolve abuso sexual de criança gera na sociedade e em todos que trabalham nesta interface sentimentos os mais variados e para a sociedade uma sanha punitiva muito grande, muitas vezes sem o processo ter transitado em julgado com o risco inclusive de linchamentos como temos visto hoje no Brasil. Então, todos nós que trabalhamos com isso, e não estou falando só de juízes, promotores, nós assistentes sociais e psicólogos temos que ter muito cuidado com isso", relatou. Elisabete relatou alguns casos que chegaram a conhecimento da AASPTJ-SP de juízes que solicitam aos profissionais que façam perguntas descabidas e vexatórias

para as crianças, além de casos de crianças sendo inquiridas por quatro horas seguidas. "Assistentes sociais e psicólogos não são inquiridores, nós temos que escutar esta criança, ouvi-la e não inquiri-la", afirmou. Terminou sua fala defendendo que esta forma de inquirição é inconstitucional por se tratar de inovação probatória, que só poderia ocorrer por meio de uma lei federal e não por uma recomendação do CNJ (em alusão à Recomendação Nº 33 do órgão).

A AASPTJ-SP continua na luta contra as metodologias de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que têm surgido país a fora.

Também presente na audiência como representante do CRP-MG, a psicóloga Esther Arantes apontou que temos que pensar mais na defesa da criança e menos em responsabilização. "A responsabilização a qualquer custo precisa ser evitada. Como que se passa de 3% para 60% (citando índices do projeto de Depoimento Sem Dano instaurado no Rio Grande do Sul)? As crianças que devem ser ouvidas ou quiserem ser ouvidas devem estar cercadas por profissionais e se sentirem seguras a ponto de conseguirem falar sobre o assunto. Se a criança se cala, deve-se respeitar o seu silêncio", expôs.

A audiência, organizada pelo presidente da Comissão de Participação Popular da assembleia mineira, deputado Andre Quintão (PT)

teve importantes resultados. A Comissão aprovou ainda em maio os seguintes requerimentos propostos durante a audiência:

- 1 - Visita ao superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Wagner Wilson Ferreira;
- 2 - Retomada imediata do Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça, composto por representantes do Ministério Público (MP), do Tribunal de Justiça, do Conselho Regional de Psicologia, do Conselho Regional de Serviço Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outras instituições afins, para discussão de uma metodologia de audiências prevista na Recomendação 33 do CNJ;
- 3 - Encaminhar ofício ao superintendente da Coordenadoria solicitando a suspensão da implantação da sala de audiências especiais no Centro Integrado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte para a oitiva de crianças e adolescentes.

Ainda em maio, no dia 23, Elisabete proferiu uma palestra também sobre o Depoimento Sem Dano em evento promovido pela Defensoria Pública de São Paulo, em Junópolis. Com o tema "Depoimento Sem Dano: Revitimização ou efetivação de direitos?", a presidente reforçou em sua palestra seu posicionamento e falou sobre a ação da AASPTJ-SP junto ao CNJ.

Em abril e maio a AASPTJ-SP realizou duas importantes visitas ao interior com o objetivo de aproximar-se de seus associados. Estivemos em Ituverava no dia 25 de abril e em Ribeirão Preto no dia 9 de maio.

Em Ituverava, a representante da região, a assistente social Carine Mendes Abreu reuniu-se com assistentes sociais e psicólogos recém-nomeados pelo TJ-SP. O encontro atende a objetivos traçados pelo Grupo de Trabalho Mobilização durante o Planejamento Estratégico realizado pela Associação em março.

De acordo com Carine, a reunião constituiu-se em um espaço rico

de debates, troca de informações, relatos de experiências, o que oportunizará a produção de conhecimentos, outro eixo de atuação planejado pela AASPTJ-SP.

Quem organizou o encontro de Ribeirão Preto foi a representante Genecy Leite Duarte. O evento contou com a participação do primeiro tesoureiro, Eduardo Campos Neves, da segunda tesoureira, Margarida Maria Buosi e da representante da região de Ituverava, Carine.

O momento foi de discussão sobre as ações da AASPTJ-SP junto ao TJ, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselhos Profissionais

(CFESS e CFP). Os diretores falaram sobre a participação da presidente da Associação, Elisabete Borgianni na audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre o Depoimento Sem Dano.

Eduardo e Margarida falaram sobre o questionário que a AASPTJ-SP promoveu entre os assistentes sociais e psicólogos recém-nomeados pelo Tribunal e o que estes profissionais registraram como suas primeiras impressões.

Os presentes pontuaram a importância da continuidade das discussões das questões abordadas.

PRESIDENTE DA AASPTJ-SP PARTICIPA DE DEBATE DE ACOLHIMENTO DE SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA

No dia 25 de abril, a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, participou como palestrante do Curso de acolhimento dos agentes psicossociais da Defensoria Pública. O tema da mesa de debates foi “atuação dos psicólogos e assistentes sociais nos processos judiciais – uma prática a serviço de quem?”. Participou também da mesa a psicóloga e professora da Universidade de São Paulo Maria Helena de Souza Patto.

Maria Helena centrou sua fala na pergunta: uma prática a serviço de quem? Ela pontuou que vivemos na era do tecnicismo. Hoje há predominância de uma pseudo formação de profissionais e pesquisadores na dimensão histórica, política e social. “As técnicas de intervenção profissionais não podem ser pensadas em abstrato, mas somente situadas num momento histórico concreto,

num contexto econômico, político e social em que foram criadas e são aplicadas”, afirmou. “No entanto, este princípio é ignorado nos cursos de formação nas áreas das ciências sociais e humanas. É ignorado nos cursos de formação porque na maioria deles em andamento atualmente no país e no mundo são cursos dominados pelo tecnicismo, sem que estes profissionais tenham uma visão crítica dos instrumentos de que se valerão em suas práticas de atendimento”.

Elisabete abordou algumas características e desafios que marcam a atuação dos técnicos na área sociojurídica. Ela disse que, embora assistentes sociais e psicólogos já atuem na área há décadas, o processo de conhecimento crítico da área sociojurídica não tem mais do que quinze anos. Outro desafio da área, para ela, é a necessidade de capacitação

permanente. Também falou da crescente precarização do ensino na formação profissional acadêmica nessa área pela brutal mercantilização do ensino. “Isso na área sociojurídica é especialmente preocupante porque essa é uma área para a qual cada um de nós tem que estar muito bem preparado teórico, crítica, tecnicamente para não dizermos dos aspectos éticos envolvidos, que são inúmeros e muito complexos”, concluiu.

Elisabete propôs um aprofundamento dos estudos e debates sobre o papel do assistente social quando trabalha como assistente técnico (ou “perito” da parte em um processo judicial), tendo em vista que esse trabalho não pode ser confundido com o adotar uma “parcialidade” na realização do estudo social que depois será transformado em um laudo ou documento técnico dentro do processo judicial.

7º SEMINÁRIO ANUAL DE SERVIÇO SOCIAL

Com o tema “Formação e trabalho profissional do assistente social nos marcos do capitalismo contemporâneo: resistências, conquistas e desafios cotidianos”, o 7º Seminário Anual de Serviço Social, promovido pela Cortez Editora, reuniu cerca de 700 profissionais e estudantes no Tuca no dia 12 de maio.

Realizado anualmente para comemorar a semana do assistente social, o evento de 2014 proporcionou momentos de reflexão, debate e homenagens.

A edição deste ano teve uma homenagem especial da editora a Marilda e Raul de Carvalho pela 40ª edição da obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”, um dos importantes livros de formação do profissional desta área, com relatos de profissionais e estudantes sobre a influência deste título em sua formação.

As mesas de debate tiveram como temas: “Formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasi-

leiro: fundamentos, resistências e desafios conjunturais” e “Trabalho, questão social e a dimensão política do trabalho do assistente social no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais”. Participaram dos debates: José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Ana Elizabete Mota, Vicente de Paula Faleiros e Maria Carmelita Yazbek.

Veja o relato completo do evento no site da AASPTJ-SP: www.aasptj.org.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROIBIÇÃO DE CASTIGOS FÍSICOS EM CRIANÇAS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 21 de maio a redação final da proposta que estabelece o direito de crianças e adolescentes serem educados sem o uso de castigos físicos (PL 7672/10). A proposta, que vinha sendo chamada de Lei da Palmada desde que iniciou a sua tramitação, vai se chamar agora “Lei Menino Bernardo”.

O novo nome foi escolhido em homenagem ao garoto gaúcho

Bernardo Boldrini, de 11 anos, que foi encontrado morto no mês passado, na cidade de Três Passos (RS). O pai e a madrasta são suspeitos de terem matado o garoto.

O projeto, que inclui dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), será analisado agora no Senado.

Segundo a proposta, os pais ou responsáveis que usarem castigo físico ou tratamento cruel e degradante contra criança ou adolescente ficam sujeitos a advertência, encaminhamento para tratamento

psicológico e cursos de orientação, independentemente de outra sanções. As medidas serão aplicadas pelo conselho tutelar da região onde reside a criança.

Além disso, o profissional de saúde, de educação ou assistência social que não notificar o conselho sobre casos suspeitos ou confirmados de castigos físicos poderá pagar multa de 3 a 20 salários mínimos, valor que é dobrado na reincidência.

Informações da Agência Câmara

PERITOS OU TESTEMUNHAS? AASPTJ-SP ENTREGA OFÍCIO A TJ

A AASPTJ-SP protocolou no dia 8 de maio junto à Presidência do TJ-SP ofício no qual questiona o Comunicado Conjunto CGJ e CFS Nº 01/2013 que indica que o psicólogo pode ser ouvido em audiência na qualidade de testemunha, nos

casos em que atuou como perito.

Apontando o equívoco desta interpretação, a Associação mostra ao Tribunal que essa desvirtuação das atribuições é que pode estar levando a que psicólogos ou assistentes sociais que atuaram como

peritos do juízo, estejam sendo chamados a depor como testemunhas em inquéritos policiais, em Delegacias de Polícia.

Veja o ofício no site www.aasptj.org.br

DIRETORES DA AASPTJ-SP PARTICIPAM DE REUNIÃO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA DO CRP-SP

No dia 21 de maio o tesoureiro da AASPTJ-SP, Eduardo Campos Neves, a convite do CRP-SP, participou da reunião do Núcleo de Justiça do Conselho. A segunda secretária Lilian Magda de Macedo também participou do encontro via Skype. Estiveram presentes também os conselheiros Guilherme Fenerich e Regiane Aparecida Piva, a psicóloga judiciária e associada da AASPTJ-SP, Luciana Mattos, duas psicólogas representando o sistema prisional e uma psicóloga representando a Secretaria de Segurança Pública de São Caetano do Sul.

Esta primeira reunião teve por objetivo explicar o que é o núcleo e suas ações.

Trata-se de um grupo de trabalho e discussão acerca de ques-

tões referentes à Psicologia e as instâncias judiciais.

Regiane informou que o Sistema Conselhos iniciou discussão acerca da elaboração de uma proposta de conciliação entre o denunciante e o denunciado a ser encaminhada para a Apaf (órgão deliberativo do CFP).

Guilherme informou que o Conselho oficiou o Tribunal de Justiça esclarecendo a questão do psicólogo como perito do juízo e não como testemunha, solicitando que o Comunicado Conjunto CGJ e CFS Nº 01/2013, conforme deliberado em reunião realizada entre o CRP e a AASPTJ-SP.

Várias outras questões foram abordadas, como por exemplo, Depoimento Sem Dano, internação compulsória, comunidades tera-

pêuticas, criminalização da adolescência/aumento do período da internação na Fundação CASA, entre outros assuntos.

Eduardo comentou sobre a importância da manifestação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto ao pedido de providências que a AASPTJ-SP protocolou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando a suspensão do protocolo do TJ-SP, que instituiu o "Atendimento não revitimizante de crianças e adolescentes vítimas de violência". O diretor falou da importância do posicionamento do Conselho contrário ao DSD.

GRUPO DE TRABALHO APOSENTADOS

Pensando em ampliar o atendimento aos associados que já se aposentaram, a AASPTJ-SP criou o Grupo de Trabalho Aposentados, composto por membros da diretoria, assessoria e associadas aposentadas, para elaborar propostas de programas e atividades que venham atender esse segmento.

A primeira reunião do grupo ocorreu no dia 13 de maio com o objetivo de discutir o eixo da proposta: organizar rodas de conversas e leituras, atividades

de cultura e lazer. Também se elaborou uma enquete que foi encaminhada por e-mail aos associados aposentados para que sugiram atividades de seu interesse.

Se você quiser participar do grupo, fique atento às atividades divulgadas pelo nosso Boletim Eletrônico, divulgado toda sexta-feira. Se você ainda não possui seu e-mail cadastrado, nos envie seu endereço eletrônico: imprensa@asptj.org.br

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria

Presidente – Elisabete Borgianni
Vice-presidente – Lígia Maria Castelo Branco
1ª Secretária – Maria Helena Correa
2ª Secretária – Lilian Magda de Macedo
1º Tesoureiro – Eduardo Campos Neves
2ª Tesoureira – Margarida Maria Buosi

Conselho Fiscal

Claudia Anaf
Elaine Major Ferreira
Fatima Elizete Zanoni
Suplentes: Nanci Adelina Kurata
Maíla Rezende Vilela

Conselho Editorial

Maria Helena Correa,
Margarida Maria Buosi, Lilian Magda de Macedo e Ana Carolina Rios
Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios
(Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125
2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001
São Paulo – SP – Telefone: (11) 3256-5011;
E-mail: asptj.org.br;
Site: www.asptj.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.